

SUBSÍDIOS PARA GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL NA ZONA COSTEIRA DO CENTRO TURÍSTICO DE GUADALUPE – PE

Carlos Eduardo P. Pimentel¹; Maria do Carmo M. Sobral²; André Delgado de Souza³.

¹Professor assistente do Núcleo de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco; e-mail: cep@ufpe.br

²Professora adjunta do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Pernambuco; Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n^o; Cidade Universitária; CEP 50.740-530; Recife-PE; (81) 3271-8744; (81) 3271-8219; e-mail: msobral@ufpe.br

³Estudante de graduação do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Pernambuco; e-mail: adelgado@ufpe.br

RESUMO

No início dos anos 90, a decisão de instalação do Projeto Costa Dourada, compreendido entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho (litoral sul do Estado de Pernambuco) e Barra de Santo Antônio (litoral norte do Estado de Alagoas), resultou na criação do Centro Turístico de Guadalupe. Localizado a 65 km do Aeroporto Internacional dos Guararapes no Recife, o projeto apresentou-se como alternativa econômica para o desenvolvimento da região e foi fortalecido pela indústria do turismo, destacando-se o ecoturismo. Através de pesquisa documental, aplicação de questionários e entrevistas estruturadas (sondagens) e verificação “*in loco*”, propõe-se, baseado nos princípios e instrumentos oriundos da Política Nacional do Meio Ambiente diretamente relacionados com a zona costeira de Guadalupe, onde é conflitante a atual proposta de zoneamento e a situação ambiental desejável, alguns subsídios para uma gestão ambiental sustentável voltada para o ecoturismo, abordando a organização comunitária (associações), educação ambiental, capacitação/aperfeiçoamento de mão-de-obra, criação de um Comitê Gestor da APA de Guadalupe, melhoria de infra-estrutura entre outras.

ABSTRACT

In the beginning of the 1990's, the decision to set up the “Costa Dourada” Project between the townships Cabo de Santo Agostinho (south coast of the State of Pernambuco) and Barra de Santo Antônio (north coast of the State of Alagoas), resulted in the creation of the “Centro Turístico de Guadalupe” (Guadalupe Tourism Center). Located 65 km from Guararapes International Airport in Recife, the project presented itself as an economic alternative for the development of the region and was strengthened by high levels of growth experienced by the tourism industry's, more significantly the ecological tourism (ecotourism). Throughout resource documentation, interviews and field inspection and based on the principles and instruments contained in the National Environmental Policy directly related to these coastal zone, where the present proposals for urban development are in conflict with the desired environmental situation, it's suggested here a model of environmental management focused on ecologically orientated tourism, some actions like community organizations, environmental education, employers' training classes, composition of the Committee Management of “APA de Guadalupe” and improvement of the infrastructure existent should be done.

Palavras-Chave: zona costeira, gestão ambiental, ecoturismo.

1. INTRODUÇÃO

A falta de ordenação do segmento ecoturístico, que opera sem regulamentação específica, bem como o crescimento mundial por destinos deste tipo, além do excepcional atributo de belezas naturais, tem sido fatores não considerados, tanto na área governamental quanto pela iniciativa privada. Com isso, o expressivo potencial natural e cultural não é aproveitado como gerador de recursos adicionais para a conservação e proteção do meio ambiente, e como fonte alternativa de desenvolvimento econômico e social para a população local.

No início dos anos 90, a decisão de instalação do Projeto Costa Dourada, compreendido entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho (litoral sul do Estado de Pernambuco) e Barra de Santo Antônio (litoral norte do Estado de Alagoas), resultou na criação do Centro Turístico de Guadalupe - CTG.

Localizado no litoral sul de Pernambuco e a 65 km do Aeroporto Internacional dos Guararapes no Recife, o Projeto apresentou-se como alternativa econômica para o

desenvolvimento da região e foi fortalecido com o advento da indústria do turismo, como atividade que tem apresentado elevados índices de crescimento nos mais diversos setores, destacando-se o ecoturismo.

Numa área de aproximadamente 15,5 km de litoral, procurou-se ressaltar a presença da sua beleza cênica, emoldurada por um ambiente relativamente bem conservado e pouco antropizado, destacando-se a Mata Atlântica e outros ecossistemas associados, tais como restinga, mangue e estuários.

Tendo em vista a magnitude do empreendimento, bem como os problemas ambientais verificados durante a sua fase inicial de implantação, o presente trabalho tem como objetivo propor medidas para uma gestão ambiental sustentável na zona costeira de Guadalupe.

2. METODOLOGIA

Para atender as características que direcionam o estudo de caso, o presente trabalho foi conduzido através de pesquisa

documental, aplicação de questionários e entrevistas estruturadas (sondagens) e verificação “*in loco*”.

A pesquisa documental foi conduzida através da consulta a documentos conservados nas empresas (CPRH, IBAMA, SEPLAN. AD DIPER), sendo o Relatório de Impactos Ambientais – RIMA do Centro Turístico o mais analisado.

De acordo com os objetivos estabelecidos para este estudo, foi analisada a percepção das pessoas que trabalham ou moram na área, através da aplicação de questionários e entrevistas estruturadas. Para tanto, os dados foram tratados de forma qualitativa e quantitativa, fazendo da interpretação um instrumento importante para buscar explicar acordos e desacordos entre os elementos apresentados. Ressaltando-se que, quando da análise quantitativa, o tratamento estatístico não foi realizado de forma sofisticada.

Com relação à interpretação, tomou-se como base a revisão de literatura sobre o assunto estudado, utilizando-se a metodologia de análise de dados qualitativos, geralmente denominada de análise de conteúdo.

Foi então feita a caracterização da área e uma avaliação dos impactos ambientais, a partir da análise do Relatório de Impactos Ambientais e, diante do levantamento realizado, o trabalho foi concluído com a apresentação de subsídios para a realização de uma gestão ambiental sustentável na zona costeira de Guadalupe.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Complexo Turístico de Guadalupe tem uma área total de 8.803 ha, abrangendo parte dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Barreiros e Tamandaré. É um projeto ousado e importante para o turismo nacional e internacional visto que, entre outros aspectos, prevê uma oferta de 14.500 UHs (Unidades Habitacionais) e um fluxo médio de 1.700.000 turistas/ano, o que representa quase a totalidade de turistas estrangeiros recebido pelo Brasil no ano de 1996. Espera-se ainda que o mesmo venha a incrementar os demais pólos da região através de suas taxas de crescimento.

O Centro Turístico está localizado na Área de Proteção Ambiental de Guadalupe – APA de Guadalupe. Criada através do Decreto nº 19.635/97, consiste em uma unidade de conservação que, segundo a Resolução CONAMA nº 10/88, destina-se a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas regionais. A APA está inserida no grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, possibilitando a exploração econômica dos recursos naturais sem causar danos à biodiversidade local e à economia regional. É dividida em 5 (cinco) zonas distintas, conforme o zoneamento ecológico-econômico costeiro, aprovado pelo Decreto nº 21.135 de 16 de dezembro de 1998, estando o Centro Turístico de Guadalupe localizado na seguinte zona:

- Zona de turismo, veraneio e lazer – localiza-se em grande parte na planície costeira, caracterizada por manguezais, remanescentes de Mata Atlântica e res-

tingas. As atividades praticadas são a cultura do coco, pesca e turismo. Subdivide-se em 3 (três) áreas:

- Área de uso urbano, turismo e veraneio – apresenta incidência urbana sem planejamento e com demografia crescente, verifica-se a ineficácia de infra-estrutura de saneamento básico;
- Área estuarina do Rio Formoso – possui extensos manguezais preservados. Há possibilidade de degradação desta área a partir de acúmulo de lixo e escoamento de esgotos domésticos, desmatamentos e aterros para construção civil;
- Área do complexo ambiental Ilhetas/Mamucabas – caracterizada como área de baixa recarga de água, com grande risco de contaminação dos lençóis subterrâneos. Apresenta remanescentes de Mata Atlântica, baixa ocupação urbana, cultura de coco em declínio e rochas cristalinas fraturadas.

Guadalupe possui 4 (quatro) grandes características ambientais:

- a vegetação é rica e variada, onde todo o litoral é ocupado por exótico coqueiral;
- uma grande superfície aquática se estende por toda a parte posterior da orla (foto 1), além de um rico manguezal e parte da Mata Atlântica;
- o mar com piscinas naturais formadas por arrecifes, constitui-se como ótima opção tanto para o banho quanto para a prática de esportes náuticos;
- a água, de cor esverdeada, tem uma temperatura média de 28°C, principalmente nos meses de verão – setembro a fevereiro.



Foto 1 – Centro Turístico de Guadalupe -CTG – Vista aérea.

O cenário singular de Guadalupe exigiu a concepção de um plano diretor que traduzisse, no ordenamento do seu território, os objetivos estratégicos do Projeto Costa Dourada. Sendo assim, foram fixadas 3 (três) diretrizes básicas, são elas: conferir ao CTG as características de balneário tropical; adotar uma política de preservação rigorosa dos recursos ambientais; garantir a integração e/ou complementação das funções dos diferentes componentes do referido projeto.

Baseado nestas diretrizes estão as principais soluções adotadas no Plano Diretor: divisão funcional do espaço, segundo zonas de atividades; baixa densidade ocupacional; criação de grandes reservas biológicas no entorno dos mangues; adoção de padrões horizontais de constru-

ção; dotação e distribuição da infra-estrutura básica; porte e localização dos equipamentos turísticos.

4. AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Após análise do RIMA de Guadalupe, pode-se observar que os principais impactos positivos previstos para a fase de implantação são relacionados à área sócio-econômica e, sobre os meios físico e biótico, são inexistentes ou pouco significativos. Entre os principais impactos positivos destacam-se:

- geração de emprego e renda, fundamentalmente devido à realização das obras civis;
- geração de receita para o setor público, principalmente pelo incremento da indústria da construção civil, dos serviços e do comércio;
- dinamização da economia local, na fase de operação estima-se que haja um substancial aumento do fluxo do dinheiro, gerado, principalmente, pela rede de hospedagem;
- ordenamento da ocupação do espaço, uma vez que o projeto é baseado em um plano diretor;
- ampliação da infra-estrutura para a população local;
- proteção ambiental, o projeto apresenta uma proposta que considera a natureza como produto turístico, devendo reverter a tendência inercial de degradação do meio ambiente, prevendo-se, inclusive, a implantação de um Centro de Pesquisas do Manguezal.

De maneira geral, os impactos negativos na fase de implantação se fazem sentir, principalmente, sobre os meios físico e biológico. Com relação ao meio antrópico, as conseqüências são basicamente as provocadas pelo deslocamento da população local. A seguir são apresentados os principais impactos negativos indicados no RIMA:

- destruição do manguezal e da vegetação nativa, através de algumas obras constantes no Plano Diretor;
- setor comercial dos Carneiros, a sua implantação não é compatível com a ocupação racional do solo, muito menos com a proteção dos ecossistemas naturais;
- depósito de sedimentos dragados da zona estuarina, o volume de sedimentos despejados pode causar problemas se a deposição não for bem planejada;
- alterações ambientais geradas pelas edificações e obras de infra-estrutura, estas obras implicam em movimentação de terra, levando ao aumento de ruído e poeiras, bem como alterações da drenagem local. Haverá também uma poluição visual, principalmente nas áreas onde são permitidas edificações com gabaritos superiores a três andares;
- desalojamento da população local, mesmo considerando que a área é pouco habitada. Estima-se o desalojamento de moradores isolados;
- alterações ambientais geradas pelas obras de engordamento da Praia de Guadalupe, poderão ocorrer impactos tais como alterações de correntes, erosões, sedimentações indesejáveis e alterações das populações bentônicas, além do questionar a beleza estética da referida obra;

- escassez de água para abastecimento, a forte demanda de água para o abastecimento urbano e hoteleiro pode levar a uma exaustão dos mananciais;
- poluição das águas, devido a dois fatores preponderantes: despejo de efluentes à montante e derramamento de óleo e lixo no estuário;
- comprometimento do estuário pelo tráfego de embarcações, podendo inviabilizar a pesca, comprometer a produção do ecossistema, desestabilizar o solo lamoso do manguezal e, em conseqüência, a vegetação nela fixada.

Observa-se que o Centro de Pesquisa do Manguezal e o Centro de Estudos e Educação Ambiental – CEEA e, conseqüentemente, a realização do Relatório de Qualidade Ambiental – RQA, previstos no RIMA, não foram implantados na prática. Atualmente existe apenas a Unidade Gestora, no entanto não se observa a sua legitimamente na prática. O único RQA que foi feito para área, foi o diagnóstico da APA, em que se avaliou a qualidade de alguns remanescentes de Mata Atlântica e seu estado inicial de degeneração. Destaca-se a necessidade de fazer uma revisão deste diagnóstico, visando o conhecimento real e atual da área em questão.

Comparando as diretrizes propostas no Plano Diretor e a concepção inicial do projeto, observa-se a necessidade de rever a sua concepção, uma vez que todo o projeto foi super dimensionado em diversos aspectos como número de turistas a receber, número de unidades habitacionais, dimensões das entradas de acesso, tipo de estruturas e materiais utilizados nos equipamentos. Acredita-se que o direcionamento deste projeto para o ecoturismo e não para grandes *resorts*, estaria de melhor acordo com a região a ser implantada, uma vez que o incentivo do turismo de massa não deve existir numa área de proteção ambiental.

Outro problema vivenciado em Guadalupe é o tipo de público que o projeto pretende atrair, que não combina com o ambiente e com as pretensões da comunidade local.

5. PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS

A população da entrevista foi constituída pelo Coordenador da APA Estadual de Guadalupe, pelo Coordenador do Centro de Visitação da referida APA, pela Secretária de Turismo de Tamandaré e por representantes da população local, num total de 20 (vinte) pessoas, independente de grau de instrução, nível hierárquico, tempo de trabalho no estabelecimento e moradia. Foram aplicados também questionários estruturados com perguntas abertas e fechadas, à donos de bares, moradores e pescadores de Tamandaré, num total de 30 (trinta).

Ainda que os estudos de caso sejam, em essência, pesquisas de caráter qualitativo, esta pesquisa comportará dados quantitativos para aclarar aspectos da questão investigada.

Para obter um perfil dos respondentes, foram investigados os seguintes aspectos: faixa etária, escolaridade, atividade que desenvolve e tempo de moradia no município de Tamandaré. No que diz respeito à classificação quanto à idade, verificou-se uma concentração maior na faixa etária acima dos 40 anos (43%). Quanto à formação, observa-se uma reunião maior no nível do 1º grau incompleto.

to (45%). Em relação à atividade desempenhada por eles, fica constatada a vocação do município de Tamandaré para o setor de serviços, uma vez que 37% dos entrevistados atuam no ramo, assim como 58% nasceram ou moram a mais de 10 anos no local, demonstrando o comprometimento com a melhoria da qualidade de vida e com o desenvolvimento do seu município.

Quando questionados sobre a atividade turística, 76% dos entrevistados são extremamente favoráveis e receptíveis a essa atividade, entretanto, ressaltaram que a mesma deve ser realizada de forma planejada e ordenada.

Sobre o número de turistas que o município recebe atualmente, 38% acha pouco, mas concorda que o município, no momento, não possui infra-estrutura suficiente para um aumento significativo.

Com respeito à administração municipal e outros órgãos representativos, observou-se que a prefeitura do município de Tamandaré possui 55% de aprovação e o IBAMA 43%. Porém, tem-se que 81% das pessoas não sabem o que é conselho distrital e nem a sua função e objetivo, bem como não conhecem uma associação de moradores (62%).

Sobre a futura vinda de grandes hotéis para a região, 73% concorda plenamente desde que seja aproveitada a mão-de-obra local, preservado e conservado o meio natural e respeitada a cultura local.

Através das respostas tabuladas, constatou-se que 73% da população entrevistada nunca participou de um curso de capacitação/treinamento, o que demonstra a não absorção, de imediato, da mão-de-obra local para ocupar cargos ou funções melhores dentro do hotel. No entanto, 90% dos respondentes têm interesse em fazer cursos para se preparar melhor e, conseqüentemente, atender melhor os turistas.

Quando questionados sobre as atitudes relacionadas à preservação do meio ambiente, 80% respondeu que joga sempre o lixo em sacos plásticos e lixeiras. Isto demonstra que a campanha de educação ambiental na cidade está surtindo efeito.

Como última pergunta, foi solicitada a opinião sobre os serviços que necessitam melhorar, obtiveram-se os seguintes resultados: abastecimento de água potável (7%); abastecimento de energia elétrica (9%); sistema de esgoto (8%); melhoria de acesso – estradas (12%); melhoria das telecomunicações (12%); segurança/policiamento (8%); iluminação pública (11%); limpeza urbana (10%); ordenamento do comércio de A&B na praia (11%); preservação do meio ambiente (12%).

Diante dos resultados, nota-se que, apesar do trabalho que vem sendo desenvolvido, ainda falta bastante para satisfazer a comunidade local.

6. SUBSÍDIOS PARA GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL NA ZONA COSTEIRA DE GUADALUPE

Atualmente o projeto do Centro Turístico encontra-se com poucas intervenções implantadas ou em via de implantação, constituindo-se uma oportunidade ímpar para o estabelecimento de um modelo de gestão, de caráter eminentemente prévio, que possa viabilizar o desenvolvimento da região com a manutenção de seu imenso pa-

trimônio natural. Esse caráter preventivo não pode, no entanto, abrir mão de uma abordagem do tipo corretiva, que englobe ações voltadas para recuperar a qualidade ambiental de recursos ou áreas já impactadas, degradadas ou passíveis de degradação.

Uma gestão ambiental sustentável para a área deverá permear todos os setores da sociedade, constituindo-se, basicamente, em um processo inteligente de negociação de propósitos. Para isso, torna-se necessário a conjunção de esforços do governo, como agente indutor, e da iniciativa privada, como agente promotor, na implementação de medidas criativas e práticas que valorizem o patrimônio natural e cultural local, garantindo resultados benéficos para todos.

Verifica-se também que a implantação de um processo de gestão ambiental adequado para a área, utiliza-se de um conjunto amplo de instrumentos, incluindo normas, procedimentos e análises que, atuando de forma integrada, compatibilizem os usos previstos, as suas potencialidades e restrições ambientais.

Objetivando o aproveitamento das potencialidades naturais, compatibilizando as atividades de ecoturismo com a conservação do meio ambiente e possibilitando a participação efetiva da comunidade local e dos segmentos que atuam no setor, uma proposta para gestão ambiental sustentável voltada para esta área, deverá levar em conta, além das já citadas acima, as seguintes ações em caráter de complementação de acordo com a EMBRATUR (1996, p. 34):

- regulamentação do ecoturismo, provendo o segmento de estrutura legal própria;
- fortalecimento e interação interinstitucional;
- formação e capacitação de recursos humanos;
- controle da qualidade do produto ecoturístico, através da promoção do desenvolvimento de metodologias, modelos e sistemas para acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da atividade, abrangendo tanto o setor público como o privado;
- gerenciamento de informações, visando a formação de um banco de dados, objetivando a obtenção de indicadores para o desenvolvimento do ecoturismo na área;
- incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo;
- implantação e adequação de infra-estrutura nos locais prioritários e mais visitados da área;
- conscientização e informação do turista;
- participação comunitária, visando o engajamento da comunidade local e estimulando-a a identificar, no ecoturismo, uma alternativa econômica viável.

Assim, observa-se que a estruturação de um modelo de gestão para a zona costeira de Guadalupe deve guardar uma íntima relação com as características da área, cujo patrimônio ambiental constitui, atualmente, um dos últimos resquícios de Mata Atlântica e outros ecossistemas associados, ainda preservados no litoral do Estado, não receptível a um projeto de zoneamento que permita o uso intensivo ou mesmo semi-intensivo da área.

Finalmente, sugere-se que na implantação dos hotéis que formarão o Centro Turístico de Guadalupe, os mesmos sejam dirigidos e orientados para o desenvolvimento do

turismo ecológico, atraindo e cativando a atenção dos hóspedes num processo saudável de consumo da natureza.

7. CONCLUSÕES

De acordo com o que foi observado, pode-se afirmar que a APA de Guadalupe, através do Centro Turístico de Guadalupe, possui características favoráveis ao desenvolvimento do turismo, principalmente, ao segmento do ecoturismo aliado a uma gestão ambiental sustentável, em decorrência da diversidade dos meios físico e biológico, que atribui ao local uma beleza paisagística pouco comum em outras regiões do país e do mundo.

Porém, a prática do ecoturismo na referida região não é uma realidade atual, mas sim um desejo das autoridades e dos moradores locais. O tipo de turismo comumente praticado é o turismo litorâneo de massa, que possui características não sustentáveis.

Entre os fatores que restringem o desenvolvimento do ecoturismo na zona costeira de Guadalupe, destacam-se: população com reduzido acesso à educação escolar; baixa consciência dos limites e dos impactos do turismo para a região; alguns dos municípios atingidos não possuem legislação específica voltada para o turismo; as infra-estruturas de acesso, hospedagem e alimentação existentes atendem, apenas, à baixa demanda de turistas.

Como propostas e ações para eliminar/minimizar os fatores restritivos, citados acima, visando o desenvolvimento do ecoturismo na referida área, tem-se: aplicação da legislação ambiental pertinente, bem como a regulamentação da atividade ecoturística; atualização e acompanhamento do zoneamento ambiental/uso e ocupação do solo (ordenamento); revisão do licenciamento das atividades efetivas e potencialmente poluidoras; inspeção e atualização do estudo de impacto ambiental; criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos poderes públicos federais, estaduais e municipais; recuperação de áreas degradadas; implantação de programas de educação ambiental; estimulação à organização comunitária – associações; criação de um Comitê Gestor da APA de Guadalupe; melhoria e/ou implantação de infra-estrutura; sinalização das vias de acesso; fortalecimento e interação interinstitucional; formação e capacitação de recursos humanos; controle da qualidade do produto ecoturístico; gerenciamento de informações; conscientização e informação do turista; participação da comunidade local.

Espera-se que os aspectos abordados neste artigo possam contribuir, de maneira representativa, para que a zona costeira de Guadalupe venha a constituir-se como exemplo de desenvolvimento turístico que harmonize conservação ambiental, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, tornando-se um marco referencial para outros pólos turísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO – AD DIPER. Centro Turístico de Guadalupe: Plano Diretor. Recife, 1992. 4 v.
- BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Diretrizes para uma po-

lítica nacional de ecoturismo. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1984. 48 p.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: RAE - Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63. 1995.

PIRES & FILHO ADVOGADOS ASSOCIADOS. Relatório de impacto ambiental: Centro Turístico de Guadalupe. S.l., 1993. 153 p.